Tribunal da Relação de Lisboa
Processo nº 5297/2006-3

Relator: CARLOS DE SOUSA

Sessão: 21 Junho 2006

Número: RL

Votação: UNANIMIDADE

Meio Processual: RECURSO PENAL

Decisão: PROVIDO PARCIALMENTE

HONORÁRIOS

Sumário

Texto Integral

Acordam **em conferência** no Tribunal da Relação de Lisboa:

I - No presente *processo comum (juiz singular)* nº 15836/00.4TDLSB do 2º Juízo Criminal (3ª secção) de Lisboa, em que o MºPº acusava o arguido A... da prática de um crime de ofensa a pessoa colectiva, p. e p. pelo artº 187º, nº 1 do C.Penal, foi concedido apoio judiciário na modalidade peticionada, isto é, com pagamento de honorários ao patrono nomeado e dispensa total do pagamento de taxa de justiça e demais encargos (vd. fls. 170-172, 176 e 185, cfr. artº 15º da Lei nº 30-E/2000, de 20/12) - sendo-lhe, aliás, nomeado *defensor officioso*, o il. *advogado estagiário* dr. A..., indicado pela O.A. (cfr. fls. 160-163).

Entretanto, por despacho judicial de 17/3/06 (cfr. fls. 642), foi declarado extinto o procedimento criminal, por prescrição, ordenando-se o arquivamento dos autos - aí se fixando os honorários ao il. *defensor officioso* em **11 UR** (onze unidades de referência), a suportar pelo CGT (Cofre Geral dos Tribunais).

O il. defensor apresentou, depois, *nota de despesas* (cfr. fls. 647) em que requereu a aplicação dos nºs 9 e 3.4.1 da Tabela anexa à Portaria 1383/04, de 10/11, bem como **€ 10**, a título de despesas com correio, telefone e fax, e **€ 15**, de despesas com material de escritório.

A Mmª Juíza, por despacho de 6/4/06 (fls. 648), deferiu parcialmente o requerido, mais concretamente, somente quanto às despesas, no total de **€ 25**, indeferindo no mais o requerido, ou seja, no que concerne aos honorários, apenas admitiu os já *fixados a fls. 642* (vide supra).

II - A) É deste despacho judicial que o il. advogado, dr. A..., recorre para esta Relação, extraindo da sua motivação as seguintes *conclusões* (que se transcrevem):

« 1ª - O Tribunal “a quo” não considerou a participação processual do aqui recorrente, atribuindo-lhe honorários por defeito, alheando-se de considerar e aplicar a lei.

2ª - Ao fixar, como fixou, 11 UR de honorários ao defensor do arguido, aqui recorrente, o Tribunal “a quo” violou o dever “mínimo” de fundamentação dos actos decisórios, e, por conseguinte os artºs 205º da CRP e 97º do CPP.

3ª - Não aplicou, não obstante solicitado, as normas legais que enformam o Apoio Judiciário, mormente a Lei 30-E/2000, de 20.12.2000, a Portaria nº 1383/2004, de 10.11.2004, e tabela de honorários para apoio judiciário, anexa à mesma Portaria.

4ª - Alheou-se de considerar e valorar, para fixação de honorários: 10 sessões (além das duas que a tabela prevê) e 2 recursos que o aqui recorrente efectuou para esse Venerando TRL.

5ª - Omitindo (pela não atribuição) 48 UR, a título de honorários, ao aqui Recorrente, o qual, desde a sua nomeação (como defensor) despendeu, muitas e muitas dezenas de horas com o estudo do processo e da matéria (mais administrativa que penal) !...

TERMOS em que, e nos melhores de direito que V.Ex.as suprirão, deve o despacho recorrido ser parcialmente revogado, mandando-se proferir novo despacho que atribua honorários, ao aqui recorrente, conforme à lei, totalizando 59 UR.

Decidindo desse modo V.Ex.as farão a acostumada

JUSTIÇA ! »

*

B) A digna magistrada do MºPº respondeu *concluindo* (como se transcreve):

« 1. O recorrente, na qualidade de defensor do arguido, nomeado quando foi deduzida acusação, apresentou contestação, esteve presente em várias sessões de julgamento e interpôs dois recursos.

2. A fixação de honorários em 11 UR não obedece ao disposto no artº 2º da Portaria 1386/2004, de 10 de Novembro, pontos 3.1.1.2; 9 e 3.4.1, porquanto não atende ao trabalho efectivamente realizado pelo recorrente.

3. Pelo exposto, o despacho recorrido deve ser substituído por outro que fixe os honorários em conformidade com as referidas disposições legais.

Contudo, V. Ex.as, decidindo, farão, como sempre,

JUSTIÇA. »

*

C) Nesta Relação de Lisboa, a **Exm^a PGA** após o *visto*.

*

III - Colhidos os vistos, cumpre decidir.

A) A única questão que se debate é a de saber quais os *honorários* devidos ao il. defensor nomeado oficiosamente ao arguido (em processo comum - juiz singular), no âmbito do apoio judiciário, especificamente no âmbito dos art^{os} 48^o n^o 1, 49^o n^{os} 1 e 2, e 57^o n^{os} 1 e 3, todos da **Lei n^o 30-E/2000, de 20/12** :- a) Somente as **11 UR** (onze unidades de referência) concedidas no despacho recorrido, previstas no n^o 3.1.1.2. da tabela anexa à Portaria n^o 150/2002, de 19 de Fevereiro ? b) Ou acrescem **30 UR** (3 UR x 10 sessões), pois o recorrente esteve presente em 12 sessões de julgamento, cfr. n^o 9 daquela tabela anexa ? c) E ainda mais **18 UR** (9 UR x 2), porquanto o il. defensor interpôs dois recursos ordinários, cfr. n^o 3.4.1. da mesma tabela anexa ?

Nota:

O recorrente refere-se à Portaria n^o 1386/2004, de 10/11 (cuja tabela anexa, nos pontos referidos, é idêntica à supra referida Portaria 150/2002), mas consideramos **aplicável, no caso, a Portaria 150/2002**, por referência à Lei n^o 30-E/2000, que é a que se aplica ao caso, *ex vi* do n^o 2 do art^o 51^o da Lei n^o 34/2004, de 29/7 - o qual, por sua vez, remete para o *regime legal anterior*.

*

B) Como se pode ver, após uma análise à Portaria n^o 150/2002, de 19/2, que estipula a “*Tabela de honorários para o apoio judiciário*”, aliás em conformidade com o disposto no art^o 49^o da citada Lei n^o 30-E/2000, e especialmente atendendo ao seu n^o 2, em que se admite que nessas tabelas seja *fixado* o montante dos honorários ou que seja inscrita uma margem entre um mínimo e um máximo de remuneração.

Em suma, com a Portaria 150/2002 (tal como, posteriormente, acontece com a Portaria 1386/2004) *optou-se* pela *fixação* dos montantes dos honorários, mais concretamente em *unidades de referência* (UR) correspondentes a ¼ de UC. Assim, como escreve o Ex.mo juiz conselheiro Salvador da Costa, *in* “*O Apoio Judiciário*” (Almedina, 3^a ed., pág. 207), essa opção pelos *valores fixos* teve como escopo “evitar as soluções ditas porventura miserabilísticas de quem decide com base em módulos de valor variável”.

Como resulta da tabela, no que concerne ao processo penal, «... *os honorários ao defensor oficioso são fixados tendo apenas em conta a natureza e forma do processo em que ele intervém, a natureza do acto processual que pratica, a qualidade profissional do defensor e o desfecho do processo* » - como se sumariou no **Ac. TRP de 13 de Abril de 2005** (*Col. Jur.*, XXX, Tomo II - 2005, pág. 219).

Ou seja, actualmente, o juiz não tem margem para fixar os honorários, porquanto estes estão *fixados* naquela tabela.

Significa isto que, no presente caso, a intervenção do ora recorrente como defensor officioso do arguido, aliás ainda na qualidade de *advogado estagiário* (cfr. fls. 160-163), em *processo comum*, por crime da *competência do tribunal singular*, leva a que os honorários se fixem em **11 UR, mas reduzidas a dois terços** - ou seja, **8 UR**; cfr. n.º 3.1.1.2. dessa tabela e Nota 1 da mesma.

Tem, porém, alguma razão o recorrente ao alegar que interveio em audiência de julgamento com doze (12) sessões, pelo que não restam dúvidas que acrescem **20 UR** - por corresponderem a 3 UR x 10 = 30 UR, reduzidas a dois terços = 20 UR - cfr. n.º 9 da mesma tabela e sua Nota 1.

O mesmo acontece com o facto de ter interposto dois recursos ordinários, ou seja, acrescem **12 UR** - por corresponderem a 9 UR x 2 = 18 UR, reduzidas a dois terços = 12 UR - cfr. n.º 3.4.1. da mesma tabela e sua Nota 1.

Significa isto que procede, parcialmente, o requerido, na medida em que foram atribuídas ao ora recorrente **18 UR**, mas afinal deviam ter sido atribuídas **40 UR** (e não o peticionado total de 59 UR).

IV - DECISÃO:

Nos termos acima expostos, acordam em **dar parcial provimento ao recurso**, alterando-se o despacho recorrido nos precisos termos acima referidos.

Assim, ao invés do total de 18 UR, passa a conceder-se ao il. defensor officioso, ora recorrente, (advogado estagiário) o total de **40 UR**. E mantêm-se os € 25, a título de despesas.

Condena-se o recorrente, por ter decaído parcialmente, em 3 (três) UCs de taxa de justiça.

Lisboa, 21 de Junho de 2006.

(Carlos de Sousa - relator)

(Mário Vargês Gomes)

(Mário Belo Morgado)